

Notas de Pesquisa

Os intermediários da cura no Centro-Sul do Brasil

Healthcare go-between in South-Central Brazil

Danielle Sanches Almeida¹

danielle.sanchesx@gmail.com

Desde a segunda metade do século XVII, o porto do Rio de Janeiro recebia frotas anuais que partiam de Lisboa, sendo aquela a principal cidade da região Centro-Sul. A capitania fluminense teve grande importância comercial na produção de açúcar e nas trocas comerciais, tanto lícitas quanto ilícitas, com a região do rio do Prata. Mas, somente no século XVIII, é que o Rio de Janeiro ganha *status* de principal praça mercantil do Império devido à mudança do foco do comércio de Portugal para o Atlântico. Um dos principais fatores que propiciaram essa ascensão foi o *rush* da mineração. A primeira década do setecentos foi marcada pela consolidação do povoamento das regiões mineradoras, as quais necessitavam de um eficiente sistema de abastecimento de toda sorte de gêneros que partiam, prioritariamente, da cidade do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que, até 1720, o porto de Salvador foi o mais importante da América portuguesa, porém, com a ativação dos fluxos mercantis advindos do ouro, as embarcações de todas as regiões americanas convergiram para a praça carioca, pois esta funcionava como um grande centro de redistribuição das mercadorias chegadas de Portugal para as demais praças do Sul da América portuguesa (Fragoso, 1998, p. 321; Sampaio, 2003, p. 81-82).

O intenso fluxo comercial e a crescente preocupação da coroa com a proteção militar resultou na transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, deslocando o eixo econômico colonial da América portuguesa para o Centro-Sul. Essa mudança político administrativa reafirmou o caráter central que a capitania vinha assumindo, desde o final do século XVII, como catalisadora de toda a região (Bicalho, 2003, p. 84-85). Segundo a historiadora Júnia Furtado, a importância da região mineradora para o Império português fez com que aumentasse significativamente o fluxo de mercadorias do Reino e de outros Estados europeus para a América, pois, entre os anos de 1740 e 1750, de todos os navios que aportaram em Lisboa, 39% estavam diretamente ocupados com o comércio brasileiro. Esses carregamentos lisboetas chegavam nos meses de julho e agosto, ocorrendo uma intensa movimentação na cidade do Rio de Janeiro de onde partiam as remessas, fixando uma prática constante de comércio, já que, no início do ano, saíam os carregamentos em direção a Portugal alimentando o exclusivo colonial (Furtado, 1999; Novaes, 1979).

¹ Doutoranda em História das Ciências e da Saúde
- COC/FioCruz.

No que diz respeito ao comércio com o Oriente, não era comum a partida de navios do porto carioca em sua direção, e a cidade de Salvador era o principal centro distribuidor das fazendas asiáticas para o Atlântico Sul, sendo as trocas mercantis do Rio de Janeiro com o porto soteropolitano intensas durante o século XVIII. Isso se dava pelo fato de existir, em Minas Gerais, uma concentração populacional e de recursos graças à mineração que competia com senhores de engenho nordestinos na aquisição das mercadorias do Índico. As frotas que partiam de Salvador só perdiam em volume de viagens para as navegações que eram originárias do litoral fluminense e de Santos. Os comerciantes soteropolitanos vinham em busca do ouro mineiro, já que o Rio de Janeiro era o principal escoadouro desse metal (Lapa, 1968, p. 276).

A ascensão do Rio de Janeiro como principal cidade do Império português no século XVIII nos permite apontar a relação comercial que esse porto estabeleceu com as diversas regiões do Centro-Sul. Embora o porto carioca tenha estabelecido trocas comerciais com todas as capitânicas do Centro-Sul, Minas Gerais foi o *locus* privilegiado desse comércio devido aos lucros provenientes do ouro, que atraíram diversos ramos do trato mercantil. Ao examinar as carregações dos registros de passagem², encontramos uma mercadoria de grande fluxo: os gêneros medicinais ou chamados gêneros de botica. Até o século XVIII, o comércio de fármacos em direção à América portuguesa era fraco e irregular, devido à própria configuração do mercado de drogas, que só se estabelece em Portugal no final do seiscentos.

Ainda faltam dados, estudos e informações sobre o fluxo do comércio de remédios em outras capitânicas, já que se sabe que o abastecimento de medicamentos não era exclusividade do Rio de Janeiro. Evidentemente, cada área haveria de ter seu próprio ritmo, seu volume de comércio e suas vinculações com outras regiões. A capitania fluminense apresenta-se como cenário privilegiado para o estudo da economia do medicamento, pela razão de estar no centro de uma intrincada rede de relações mercantis, que englobava todo o Atlântico português e de ocupar uma posição estratégica na rota do ouro.

O afluxo do ouro levou a um aumento das disponibilidades e do poder de pagar serviços sanitários, mas não é somente a exploração do ouro a explicação para o aumento no volume das importações de remédios a partir da segunda metade do século XVIII. Esta se deu devido

ao crescimento demográfico no reino e no Brasil aliado a uma maior acessibilidade no ingresso na profissão de boticário, à expansão da colonização a partir da valorização de áreas no interior da colônia, às medidas empreendidas pelo Marquês de Pombal que priorizaram um incremento do comércio e se preocuparam com a ocupação das fronteiras, culminando com a expulsão dos jesuítas do Império português que abriram um precedente para a articulação dos mercadores reinóis com os estabelecidos na América no ramo do medicamento.

No século XVII, a quase totalidade dos boticários partia já examinada de Portugal, levando consigo as suas boticas. Ao se estabelecerem na América portuguesa, tinham duas formas de aquisição dos fármacos: ou compravam-nos dos jesuítas ou escreviam aos antigos mestres e conhecidos requisitando o seu envio para repor suas reservas. João da Costa Machado, que exercia o ofício de boticário no Rio de Janeiro, escreveu, em 1683, para Roque Nunes, solicitando uma remessa de medicamentos no valor de 70\$000 réis (Dias, 2007, p. 159).

No século XVIII, o fornecimento das drogas na América portuguesa era realizado pelos comerciantes de gêneros de boticas. O percurso realizado até que a mercadoria chegasse aos arraiais mineiros era longo e dispendioso, o que necessitava a conformação de uma estrutura mercantil que, durante a segunda metade do século XVIII, ficou a cargo dos droguistas³. Deve-se apontar que os droguistas eram um grupo socioprofissional constituído por homens de negócio ligados à economia do medicamento e se estabeleceram em terras lusas em finais do século XVII acompanhando o desenvolvimento da química. Essa profissão preencheu uma lacuna existente em Portugal devido à deficiência quanto à utilização das tecnologias químicas para produção de medicamentos, além da ausência de laboratórios químico-farmacêuticos e de jardins de plantas medicinais que, em muitos outros países da Europa, abasteciam as boticas (Dias, 2007, p. 31).

O afastamento dos práticos de farmácia da economia do medicamento se deveu ao valor do investimento que era necessário para montar um laboratório de manipulação química, e os boticários, que conseguiam algum cabedal, investiam na ascensão social de seus descendentes tentando afastá-los do ramo farmacêutico. Aliado a isso, tem-se o sistema de crédito fornecido por droguistas que, por vezes, financiavam boticas em Portugal, o que promoveu um aumento no número de licenciados no

² Carregações dos Registros de Passagem é o nome dado pela Administração colonial às cargas de comércio que seguiam viagem do porto até o interior das capitânicas através de condutores e que possuíam documentos referentes ao que estavam levando (as listas de cargas), de quem era a mercadoria, de onde partia, para onde ia e a quem pertencia (o destinatário da mercadoria). Deve-se ressaltar que os Registros de Passagem foram criados pela Administração colonial para melhorar a arrecadação e a fiscalização sobre as atividades mercantis desenvolvidas na colônia.

³ Neste trabalho, chamamos de droguistas àqueles comerciantes exclusivos de remédios, ou seja, localizamos, na Praça Mercantil do Rio de Janeiro, um tipo de comerciante que apenas negocia (compra e vende) remédios em grandes quantidades. Também podemos perceber que estes homens não possuem nenhum vínculo com categorias profissionais ligadas à medicina, pois não são médicos, cirurgiões, barbeiros ou mesmo boticários.

século XVIII, estando, em contrapartida, os rendimentos provenientes da atividade farmacêutica nas mãos dos comerciantes.

Os droguistas se estabeleceram em Portugal através de redes familiares que propiciaram sua fixação como agentes desse comércio, como foi o caso das famílias Vallebella e Raggio, que vieram da Itália se estabelecendo em Lisboa com três gerações de droguistas e boticários. O patriarca foi Jácome Vallebella, que recebeu carta de boticário privilegiado da corte portuguesa em 1723 e foi comissário da Água de Inglaterra de Castro Sarmento entre 1735 e 1753. A prosperidade do seu negócio o impulsionou a mandar vir de Gênova seus sobrinhos: Jerônimo Canalle Vallebella e Bartolomeu e Vicente Raggio (filhos de sua sobrinha) que, em 1755, constituíram uma sociedade de boticários e droguistas desfeita em 1769. Essa sociedade, rendeu a eles um montante de 62:152\$979 réis em dinheiro contado, botica, fazendas na alfândega, dívidas ativas e passivas e, mesmo após o fim da sociedade, Jerônimo Vallebella e os Raggios tiveram seus bens avaliados em 39:762\$091 e 23:631\$735, respectivamente (Dias, 2007, p. 38).

Outro importante droguista, da praça mercantil lisboeta, foi João Vigier, autor da Farmacopéia Ulissiponense, primeiro manual de química farmacêutica impresso em língua portuguesa. A edição dessa farmacopeia foi uma iniciativa comercial, pois, através da disseminação do conhecimento sobre o preparo dos remédios químicos, ele fomentava o consumo das mercadorias por boticários de seu armazém. Esse comerciante possuía o nobilitante hábito da Ordem de Cristo e sua fortuna foi avaliada, em 1719, em mais de 40.000 cruzados. Caso semelhante era dos mercadores Dionísio e Henrique Verney, pai e irmão de Luís Antônio Verney, autor do Verdadeiro *Método de Estudar*. Não se tem muita informação a respeito da fortuna acumulada pelo patriarca dos Verney, mas Henrique, que herdou o ofício de droguista, faleceu em 1773, deixando uma fortuna de 77:000\$000 réis (Dias, 2007, p. 30).

No que diz respeito aos comerciantes de remédios estabelecidos na América portuguesa, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, podemos afirmar, de acordo com a análise dos seus inventários e processos matrimônios, que era um grupo composto essencialmente por mercadores. De acordo com as categorias sociais do século XVIII, pesquisadas por Antônio Jucá Sampaio, mercadores eram todos aqueles que possuíam vínculo com o comércio interno sem conexão com o grande comércio ultramarino. Esses indivíduos foram os responsáveis pela compra e revenda de medicamentos através da conexão

estabelecida com homens de negócio em Portugal e com redes de comércio interno (Sampaio, 2003, p. 45).

Por essa razão, a documentação consultada possui um rico material interpretativo e deve ser trabalhada com a perspectiva da presença de homens de negócio e de profissionais da arte médica no abastecimento de remédios para capitania mineira. De acordo com o historiador João Fragoso, há dois tipos de atuação dos comerciantes: regular e eventual. Nesse sentido, considero comerciantes regulares aqueles que apareceram no abastecimento dos gêneros de boticas por todo o período estudado (1777-1803), assim como classifico como eventuais os que apareceram em apenas um ou dois anos, possuindo caráter especulativo (AN, Coleção Casa dos Contos, Avulsos, Cx. 32-160).

A principal fonte utilizada na pesquisa são os livros de entrada ou registros de passagem referentes ao comércio de gêneros medicinais. No entanto, o *corpus* documental onde esses documentos estão contidos fornecem valiosas informações em relação à circulação de objetos, animais, escravos, alimentos, remédios, provisão para tropas de fronteira, entre outras mercadorias comercializadas e que passam pelos Registros de Passagem e pagam impostos à Administração colonial.

Os Registros de Passagem utilizados para a produção desse trabalho foram criados nas primeiras décadas do século XVIII, tendo o volume da mercadoria enviada e sua variedade aumentados a partir da segunda metade do mesmo século, e se mantiveram ativos até a primeira metade do século XIX. Como foi citado anteriormente, o período escolhido para a análise da documentação é o de 1777-1803, em que localizamos, de forma significativa, o envio constante de remédios para a capitania mineira através do registro do Caminho Novo⁴.

Por meio da documentação analisada, observamos indivíduos como Antônio Roiz de Carvalho que aparecem, no abastecimento de remédios, em quase todos os anos da série documental explorada e o caráter esporádico da presença de homens de grande cabedal, como Francisco Pereira de Mesquita e Manoel Caetano Pinto. Devemos atentar para o fato de que esta análise não esgota em si a questão da presença contínua ou eventual dos mercadores em remessas para a capitania mineira, entretanto, consideramos as fontes como contribuintes para um relato da existência dessa hierarquia e dessa variedade de comerciantes na economia do medicamento da América portuguesa (AN, Coleção Casa dos Contos, Avulsos, Cx. 32-160).

Os droguistas eram receptores de mercadorias de Portugal, África e do Oriente e estavam ligados, exclusiva-

⁴ Antes de 1777 e após 1803, localizamos envios esporádicos, ou seja, de uma a cinco listas por ano; durante o nosso recorte cronológico, encontramos de 10 a 20 listas enviadas por ano, o que justificou a escolha por esse recorte.

mente, ao abastecimento interno de remédios. Diferem-se deles os homens de negócio que possuíam relações com o comércio ultramarino, pois estavam presentes em diversos tipos de comércio (livros, remédios, fazendas, escravos, entre outros) e faziam parte de uma elite mercantil carioca que concentrava seu capital, principalmente, na concessão de empréstimos a terceiros e em títulos de ações de sociedades de seguro. Historiadores europeus também constataram essa especificidade em estudos sobre comércio, como tão bem comentou Braudel:

São os ofícios, os lojistas e mesmo os vendedores ambulantes que se especializam [...] o comerciante de alta envergadura nunca se limita, por assim dizer, a uma atividade única: é negociante, sem dúvida, mas nunca num só ramo e é, além disso, o que a ocasião dele fizer, armador, segurador, mutuário, financeiro, banqueiro e até empresário industrial ou agrícola [...] todo e qualquer bom negócio que surja ao seu alcance é da sua competência (Braudel, 1985, p. 190).

Os droguistas não se limitavam a fornecer por grosso aos boticários – também vendiam a retalho em suas lojas. Vendiam drogas, medicamentos químicos e galênicos. Alguns comerciantes de remédios estabelecidos no Rio de Janeiro eram proprietários de boticas, mas isso não significa que eles fossem boticários licenciados. Diogo Vieira de Azevedo era dono de uma botica localizada na rua Direita, mas afirmava, em seu testamento, ser exclusivamente comerciante de drogas, não possuindo licença para manipular remédios. O curioso é que tinha, entre seus escravos, um prático da farmácia que trabalhava no balcão de sua botica atendendo à população e que provavelmente compunha algumas fórmulas vendidas (AN, 1810, Inventário de Diogo Vieira de Azevedo).

Em Portugal, também era comum os droguistas serem simultaneamente proprietários de loja de botica. Eles abasteciam as farmácias de norte a sul do país e muitos possuíam, além de boticas, armazéns, onde acondicionavam os remédios que seriam remetidos ao Rio de Janeiro, à Bahia, às Ilhas e a Luanda, possuindo comissários nessas regiões (Dias, 2007, p. 38). As boticas não foram os únicos estabelecimentos a venderem medicamentos na capitania fluminense e mineira. As lojas de secos e molhados também lidavam com esse comércio e, por essa razão, existiram diversas contendidas durante o século XVIII presentes em reclamações das Câmaras relacionadas à disputa pelo direito de venda dos medicamentos. Segundo o historiador da medicina Oswaldo R. Cabral, as lojas de ferragens, de secos e molhados figuraram como estabelecimentos autorizados na venda dos gêneros de botica ainda na segunda metade do século XIX:

Não eram apenas as boticas – que ficaram célebres como pontos de reunião de políticos e boateiros, – os únicos estabelecimentos que se dedicavam ao comércio de drogas. As casas de ferragens, lojas de armarinho, armazéns de comestíveis anunciavam a venda de medicamentos em longas colunas dos jornais da época, sendo todos eles vendidos sem prescrição médica, valendo-se os compradores das longas indicações das bulas, das garantias de eficácia, as mais das vezes do relato de curas assombrosas de casos fictícios (Cabral, 1942, p. 219, grifo meu).

Essa prática era aceita pelas autoridades fiscalizadoras, pois o físico-mor permitia e regulava a venda de medicamentos por outros segmentos profissionais, como consta no próprio Regimento do físico-mor:

Examinarão se os boticários são aprovados, e tem cartas passadas pelo físico-mor do reino, e também se tem o Regimento ordenado para os preços dos medicamentos, e se tem as balanças iguais, e os pesos e medidas afilados pelos oficiais destinados pelas Câmaras para esta aferição. [...] Semelhante visita farão aos Droguistas, e mais pessoas que tiverem medicamentos para vender. E terão cuidado logo que chegarem as frotas ou Navios aos portos de saberem se vão boticas, drogas ou medicamentos para se venderem e lhe farão logo a primeira visita, para nela procederem com o mesmo exame, assim nos simples como nos compostos (AHU, 1780, Cx. 144, n. 12616, grifos meus).

Cabe elucidar que existia uma diferença entre a fiscalização empreendida pelas autoridades com os boticários e com os comerciantes de remédios. Os droguistas não eram examinados no ofício que exerciam e, por essa razão, tinham que solicitar licença à Câmara para abrir sua loja, ficando sujeitos à fiscalização dos almotacés. Nesse sentido, as visitas do físico-mor serviam apenas para examinar a não corrupção dos medicamentos. O fato de a atuação dos droguistas estar imiscuída em outros ramos comerciais provocou estranhamentos a respeito da especialização desse setor na América portuguesa, como foi o caso do viajante francês Claudio Loinsclave, em 1825:

Tenho chegado de França e conduzido uma grande quantidade de Drogas, a esta capital reconhecendo o quanto é útil estabelecer-se simplesmente Droguista, ao uso da Europa, e vendo que não há um só Droguista na capital do Império sem que não esteja misturado com as ferragens (que diversidades, drogas e ferro) e não tendo talvez os precisos conhecimentos para exercerem tal ocupação [...] (in Pimenta, 1997, p. 65).

Deve-se levar em consideração que esse viajante, provavelmente, procurava encontrar, no Rio de Janeiro, as mesmas categorias de ofício parisienses, não levando em consideração as especificidades locais. O fato é que o comércio de medicamentos na região Centro-Sul estava ligado, principalmente, aos mercadores que participavam desse negócio pela sua lucratividade, recebendo já preparados os gêneros de seu comércio, não possuindo laboratórios químicos ou jardins botânicos particulares para manipular novos compostos, como foi o caso de muitos droguistas na Europa (Dias, 2007, p. 54)⁵.

Ao sistematizar as informações referentes aos remédios lançados nas cargas enviadas para Minas Gerais, foi constatado que a grande maioria era de compostos. Isso se explica pela difusão que as formulações secretas (tinturas, águas, elixires, tônicos, pílulas, essências, xaropes, unguentos, espíritos, sais, entre outros) tiveram e pela sua aceitação entre os mercadores e boticários no ultramar americano⁶.

A observação inicial a ser feita, em relação aos remédios preparados, é que os comerciantes de remédios importavam menos tipos de simples já que esses se corrompiam, por conta do tempo gasto com o transporte, com maior facilidade do que as famosas panaceias, diminuindo prováveis perdas financeiras. Além do mais, no final do século XVIII, há um aumento na circulação de tratados de medicina que relatavam a aplicação terapêutica desses fármacos, como foi o caso dos segredos curvianos, e de uma maior utilização de plantas e animais brasileiros pelos boticários, que, muitas vezes, substituíam os gêneros importados por esses remédios.

Embora nosso interesse seja evidenciar as redes mercantis atuantes no ramo do medicamento, que estão representadas pelos comerciantes e pelos destinatários dos remédios, gostaríamos de chamar a atenção, ainda que de forma preliminar, para os condutores. Geralmente, a historiografia atribui a esse segmento social a condição de atravessadores ou viandantes, pois esses homens enfrentavam a extenuante viagem através dos caminhos (Novo ou Velho) até Minas Gerais, levando, em comboios, toda sorte de gêneros (Chaves, 1995; Furtado, 1999). Manoel Inácio Roiz, Custódio Gomes de Serqueira, João de Souza Ribeiro, João Esteves Pessoa e Estevão Anastácio eram alguns dos muitos homens que levavam a carga para Minas Gerais. Não se possuem muitos dados a respeito desses sujeitos, mas foi a sua existência que viabilizou todo o consumo de drogas e outros produtos importados no interior da América. Com auxílio de mulas e carro-

ças, os condutores levaram embrulhos e inúmeras caixas contendo arrobas e quartéis de remédios que possuíam destino certo quando chegavam à capitania mineira, como podemos constatar no bilhete junto do carregamento que o mercador Antônio Roiz de Carvalho enviava para Sabará em 1792:

Atesto que os gêneros acima declarados remeto para a vila do Sabará a Manoel de Paiva Moreira por sua conta e risco pelo condutor João Esteves Pessoa e vão em uma caixa, um fardinho e um barril com a marca a margem o que se necessário for juro aos santos evangelhos (AN, Casa dos Contos, Avulsos, cx. 102).

Alguns condutores compravam remédios dos comerciantes do Rio de Janeiro e revendiam em Minas por conta própria, sem encomenda prévia, o que lhes devia gerar algum lucro. No entanto, ainda não conseguimos localizar a ocorrência de ascensão desses homens na escala mercantil do medicamento, contudo, a pesquisa segue seu curso e pretende-se obter maiores respostas a partir do exame e cruzamento com outras fontes.

No que diz respeito aos comerciantes identificados nas listas de comércio, deve-se ressaltar que, de 22 comerciantes identificados nas 200 listas de produtos medicinais para Minas, caracterizamos sete mercadores especializados no trato mercantil medicinal, dois homens de negócio e dois profissionais da cura ligados ao comércio de medicamentos (Castro, 1997, p. 48-50).

É importante ressaltar que estamos considerando mercadores os indivíduos cuja fortuna era composta, essencialmente, por dívidas ativas e estoques, enquanto os homens de negócio possuíam grande parte de seu patrimônio empregado em terras, imóveis urbanos, diferentes formas de comércio (escravos, remédios, tecidos, livros, etc.) e empréstimos de diferentes proveniências, o que demonstra que a finalidade das operações que conduziam era a reprodução e a acumulação do capital e não a reposição das existências (Borrego, 2006; Boschi, 1986, p. 194).

Como pode ser observado nesta nota de pesquisa, as listas de comércio da Coleção Casa dos Contos, encontradas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, constituem *corpus* documental de grande importância para a historiografia que trata da história da medicina e da farmácia na América portuguesa bem como para estudos relativos a trocas comerciais e redes mercantis estabelecidas na conexão metrópole-colônia e porto/interior.

⁵ Não identificamos, em nenhum inventário do Rio de Janeiro, propriedades ligadas às inovações químicas.

⁶ Simpleses eram drogas naturais, sem composição e que poderiam entrar na composição dos medicamentos. Ex: maná, sene, açafraão, canela (vegetais); unha de grã besta, múmia, chifre de veado, dente de javali (animais); pedra lipes, pedra hume e jade (minerais).

Referências

- BICALHO, M.F. 2003. *A cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 492 p.
- BORREGO, M.A. 2006. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 352 p.
- BOSCHI, C. 1986. *Os leigos e o poder - irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo, Ática, 254 p.
- BRAUDEL, F. 1985. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa, Teorema, 280 p.
- CABRAL, O.R. 1942. *Medicinas, médicos e charlatães do passado*. Santa Catarina, IBGE, 180 p.
- CASTRO, H. 1997. História social. In: C.F. CARDOSO; R. VAINFAS (orgs.), *Domínios de História. Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, p. 48-50.
- CHAVES, C. 1995. *Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 184 p.
- DIAS, J.P.S. 2007. *Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de setecentos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 450 p.
- FRAGOSO, J.L. 1998. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 400 p.
- FURTADO, J.F. 1999. *Homens de Negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentista*. São Paulo, Hucitec, 289 p.
- LAPA, J.R. do A. 1968. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 382 p.
- NOVAES, F.A. 1979. *Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 422 p.
- PEDREIRA, J.M. de M.V. 1995. *Os homens de negócio da praça de Lisboa. De Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa, Portugal. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 530 p.
- PIMENTA, T.S. 1997. *Artes de Curar. Um Estudo a partir dos Documentos da Fisicaturamor no Brasil do começo do século XIX*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 240 p.
- SAMPAIO, A.C.J. 2003. *Na encruzilhada do Império. Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 254 p.

Fontes primárias

- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). 1780. Ofício. Manuscrito do Rio de Janeiro, "Regimento do físico-mor...". Cx. 144, n. 12616.
- ARQUIVO NACIONAL (AN). Coleção Casa dos Contos, Avulsos. Caixas: 32 à 423.
- ARQUIVO NACIONAL (AN). 1810. Inventário de Diogo Vieira de Azevedo.

Submetido: 10/02/2014
Aceito: 10/03/2014